



II SEMINÁRIO DE
ATUALIZAÇÃO FLORESTAL
XI SEMANA DE
ESTUDOS FLORESTAIS



CERTIFICAÇÃO DE MANEJO DE FLORESTAS PLANTADAS

Jarbas Y. Shimizu

Pesquisador Florestal

A economia florestal, em termos globais, sempre se baseou no produto madeira, como o principal bem de consumo e comércio. Grandes fortunas foram geradas e transferidas entre países, em busca e oferta de meios para proporcionar bem-estar e até mesmo os elementos mais básicos para proporcionar meio de vida (combustível e proteção), envolvendo os mais diversos segmentos da economia: serviços básicos e especializados, comércio doméstico e internacional, processamento industrial, aplicações diversas como em construções civis, embalagens, estruturas, transformação (celulose, papel, vigas laminadas, block-boards, compensados, MDF, HDF, SDF, MDP, OSB, etc.).

Inicialmente, toda a madeira era proveniente de florestas naturais e, dessas fontes, já foram extraídos volumes imensos. Nesse processo, extensas áreas de florestas foram convertidas para outros usos como expansão de áreas urbanas e industriais, agropecuária, infraestrutura viária, silvicultura intensiva e outros.

Em várias regiões do mundo, ainda se praticam extrações ilegais de madeira e suas conseqüências são as mais nefastas: conflitos sociais, danos ao ecossistema florestal, perda de arrecadação de taxas e impostos, destruição de habitat e extinção de espécies. Tendo em vista que uma parte considerável dessa extração ilegal acaba fluindo para o mercado internacional, seu impacto se apresenta, também, no aspecto econômico. O produto sofre desvalorização, uma vez que a sua inserção no mercado se faz pela redução de preços a níveis irrealistas e, assim, compete, de maneira desleal, com produtos de empresas que trabalham de acordo com os preceitos legais.

A madeira é um produto de grande versatilidade de uso e, em muitos casos, não há substituto. Elementos estruturais ou matéria-prima para embalagens podem ser fabricados com outros materiais. Porém, a natureza única da madeira, pelas suas propriedades físicas, mecânicas e estéticas exclusivas exacerba a sua nobreza para usos em construções civis, fabricação de móveis, materiais para acabamentos (revestimentos) e embalagens especiais, à medida que suas reservas se tornam mais escassas e distantes dos mercados de consumo. Além disso, é uma fonte indispensável de fibras para a geração de produtos essenciais como celulose, papel e seus derivados. Assim, esse produto que, por ser abundante, foi tão mal utilizado, continua a ser demandado em volumes crescentes, tendo em vista o constante aumento do contingente de consumidores em todo o mundo. Pela lei do mercado, em um cenário de disponibilidade restrita, o aumento na procura eleva o seu valor de mercado. Portanto, dado o seu valor de mercado, a busca por esse produto é incessante e os meios de obtenção, também, têm evoluído substancialmente.

A exploração da madeira é, por natureza, uma atividade de alto impacto ambiental. Árvores de grandes dimensões precisam ser abatidas para se aproveitar a parte nobre do seu tronco e muitos troncos são necessários para sustentar um negócio rentável nesse segmento. Portanto, em operações em que centenas e milhares de hectares de florestas são derrubados, impõem-se transformações drásticas no ecossistema, levando à perda da resiliência necessária para se recuperar. Considere-se que as árvores não são meros produtores de madeira, mas sim, elementos complexos do ecossistema. Suas copas, troncos e raízes abrigam miríades de formas de vida, cada qual desempenhando papéis específicos, muitas vezes constituindo elos únicos e essenciais no ecossistema. Da mesma forma, o ambiente formado sob suas copas proporciona intensidade de luz, umidade e amplitude de temperatura ideais para o desenvolvimento de outras formas de vida interdependentes. Assim, a transformação imposta ao ambiente pelo desmatamento traz consequências muito maiores que o simples esgotamento das fontes de madeira. Tomando-se em conta o tempo de crescimento que as árvores necessitam para produzir troncos de valor comercial e a velocidade dos desmatamentos praticados no mundo inteiro, não seria exagero considerar as florestas naturais como fontes finitas de matéria-prima. Porém, o seu suprimento pode ser assegurado mediante adoção de formas alternativas de produção e utilização da madeira. Não só a forma de sua utilização tem se tornado mais racional e eficiente, nos últimos anos, buscando-se a redução nos desperdícios e a maximização do aproveitamento, mas, também, a sua obtenção se tornou mais confiável. Da simples exploração, passou-se à produção propriamente dita, por meio de plantações bem manejadas.

O impacto social é outro aspecto importante na atividade florestal. Especialmente na exploração da madeira em florestas naturais, a extensão da área afetada causa impacto, geralmente negativo, às populações estabelecidas nesses locais e dependentes da floresta, uma vez que estes fazem uso dos recursos existentes no ecossistema para a sua subsistência. Outro público afetado pela atividade de exploração da madeira é dos trabalhadores braçais, muitas vezes expostos a grandes riscos de acidentes, doenças, ataques de insetos e esgotamento físico, com pouca ou nenhuma assistência médica ao alcance. Mesmo em florestas plantadas, o seu manejo, desde a implantação até a colheita final, envolve o trabalho de um grande contingente de pessoas, de variados níveis de instrução e habilidades, desde auxiliares braçais até operadores de máquinas de diversas categorias, motoristas de caminhões, técnicos em manutenção mecânica, segurança, saúde, administração e outros. Uma das preocupações sociais associadas a grandes empreendimentos florestais refere-se à necessidade de mão-de-obra especializada em várias áreas. Isto pode gerar situações em que, apesar de envolver um grande contingente de trabalhadores, as comunidades locais, geralmente sem mão-de-obra especializada ou grau de instrução adequada, não se beneficiem com oportunidades de emprego e melhoria na qualidade de vida.

A II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada, no Rio de Janeiro e conhecida, também, como Eco 92 ou Rio 92, trouxe à tona a discussão sobre o desenvolvimento sustentável e sobre meios de reverter o processo de degradação ambiental associado à exploração florestal. Várias convenções, acordos e protocolos foram firmados, sendo o mais importante, a chamada Agenda 21. Através desta, as nações signatárias se comprometeram a adotar métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica no manejo florestal. Portanto, as preocupações ambientais e sociais foram trazidas ao mesmo patamar de importância do aspecto econômico no manejo florestal. Uma das consequências desse evento e de seus desdobramentos foi a percepção da necessidade de se definir o que é ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável na atividade florestal. Outras questões a serem respondidas se referiam a como e quem faria a avaliação, e suas implicações.

A certificação florestal foi vista como uma forma de estimular, monitorar e validar a execução do manejo florestal, de acordo com os preceitos básicos definidos no Eco 92. Surgiram várias organizações não governamentais propondo padrões e procedimentos para verificação e certificação, não só do manejo florestal, como também da cadeia de custódia, para certificar que o produto colocado no mercado foi elaborado com matéria-prima proveniente de florestas bem manejadas.

A certificação do manejo florestal nada mais é do que um meio através do qual empresas ou organizações florestais podem demonstrar sua responsabilidade através da certificação, por parte de verificadores e certificadores independentes, de que o planejamento e a prática do seu manejo florestal estão em conformidade com os padrões de sustentabilidade.

Especialmente no Canadá, Estados Unidos e alguns países da Europa, existem padrões desenvolvidos localmente para certificação de suas práticas. Em âmbito internacional, existem dois programas básicos: PEFC e FSC.

1) PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes) - é uma organização não governamental, independente, sem objetivo de lucro, que promove a sustentabilidade do manejo florestal através de certificação independente. Foi fundada em Paris (França), em 1999 e, atualmente, está sediada em Genebra, Suíça. O PEFC endossa organizações certificadoras nacionais. Por exemplo, no Brasil (CERFLOR), Canadá (CSA e SFI), Chile (CERTFOR), Estados Unidos (ATFS, SFI), Uruguai (Sociedad de Productores Forestales del Uruguay) etc.

2) FSC International - é uma organização não governamental, independente, sem objetivo de lucro, estabelecida para promover o manejo responsável das florestas no mundo. Foi fundado em 1993 e estabelecido como entidade legal, no México, em 1994. Atualmente, está sediada em Bonn, Alemanha. Sua forma de atuação é através de redes de iniciativas nacionais e credencia padrões de certificação, reconhecidas internacionalmente, que operem de acordo com os seus 10 Princípios e 56 Critérios, que são padronizados para todos os países (mais de 50 países).

Todos esses certificadores estabelecem patamares mais rígidos do que os requisitos legais locais e desenvolvidos para circunstâncias específicas de cada país. Os pontos básicos verificados são:

- Conservação da biodiversidade
- Manutenção do habitat da fauna e da diversidade de espécies
- Proteção e manutenção de sítios de especial interesse (biológico e cultural)
- Manutenção dos recursos hídricos e edáficos, inclusive matas ciliares
- Garantia da sustentabilidade da colheita e replantio em áreas colhidas
- Proteção das florestas contra desmatamento e conversão para outros usos
- Não-uso de madeira de fontes ilegais ou não-autorizadas
- Respeito aos direitos dos povos indígenas
- Transparência nas ações

As certificadoras diferem entre si na abrangência de atuação, maior rigor em alguns itens do que em outros, tipo de clientela etc.

A certificação é voluntária, sem qualquer obrigação de ordem comercial, legal ou governamental. Nesse processo, uma organização independente desenvolve os padrões para um bom manejo florestal e auditores independentes verificam todos os aspectos do manejo e, se estiverem em conformidade com os padrões estabelecidos, emite o certificado. É um processo que envolve custos, não só pelo processo em si, mas, também pela necessidade de contratar verificadores independentes para a certificação e os acompanhamentos anuais. Além disso, dependendo de cada situação, poder ser necessárias grandes alterações nas operações como contratação de profissionais específicos, adoção de equipamentos adequados à segurança dos trabalhadores e ao meio ambiente, estabelecimento de programas sociais para atender as comunidades do entorno e outras.

Um dos propósitos da certificação florestal é a implantação de mudanças substanciais na cultura geral do processo produtivo no segmento madeireiro, se a operação não estiver em conformidade com os padrões estabelecidos. Nem por isso há garantia de que um produto certificado atinja um valor de mercado maior que um não certificado. Porém, a certificação é vista como a única forma de atestar, aos consumidores, investidores, ambientalistas, e outras partes interessadas, cada vez mais exigentes, de que o produto foi gerado de maneira economicamente sustentável, ambientalmente correta e socialmente justa.

A certificação florestal teve início há pouco mais de dez anos e já foram certificados aproximadamente 300 milhões de hectares no mundo. Mesmo assim, na maioria das florestas do mundo, especialmente nas regiões tropicais, ainda se pratica desmatamento sem controle, conversão de florestas para outros usos do solo, incêndios florestais e outros impactos antrópicos. No geral, não mais que 7,5 % das florestas do mundo estão certificadas. As Florestas Tropicais constituem 42 % das florestas do mundo, mas apenas 1 % delas está certificado. As Florestas Boreais abrangem 33 % das florestas do mundo e 9 % delas está certificado. As Florestas Temperadas representam 25 % das florestas do mundo, sendo 14 % delas certificado. Portanto, a maioria das florestas certificadas encontra-se nas regiões temperadas, onde as ameaças não são tão grandes quanto nas regiões tropicais. Tanto é que a certificação foi, originalmente, concebida como meio de reduzir os desmatamentos nos trópicos.

Certificação do Manejo de Florestas Plantadas - FSC

Os padrões do FSC se destacam dos padrões dos demais certificadores pelo maior rigor e reconhecimento internacional. Por exemplo, o FSC:

- Proíbe a conversão de florestas naturais para outros usos do solo;
- Proíbe o uso de pesticidas químicos perigosos;
- Proíbe o uso de organismos geneticamente modificados;
- Respeita os direitos dos povos indígenas;

- Controla cada operação certificada pelo menos uma vez por ano e, se não estiver em conformidade com os padrões estabelecidos, o certificado é cancelado.

Com esses padrões mais restritivos, a certificação FSC proporciona aos seus clientes maior abertura para colocação de seus produtos em mercados exigentes quanto aos aspectos ambientais. Além disso, cada vez mais, governos e empresas de ponta vêm exigindo, na compra de materiais, que tenham a certificação FSC.

Os padrões do FSC foram estabelecidos pelos seus membros (qualquer um pode se inscrever para ser membro, individual ou corporativo) e qualquer alteração só é feita após a aprovação por estes, em assembleia geral convocada a cada três anos.

História do FSC

1990: Primeira reunião de um grupo de usuários de madeira, comerciantes e representantes de organizações ambientais e de direitos humanos na Califórnia para resolver a questão da definição de um sistema para identificar florestas bem manejadas como fonte de produtos produzidos de maneira responsável. Chegou-se a um acordo de que esse sistema seria fundamentada em um consenso global sobre o significado de “floresta bem manejada”. Nesta reunião, foi criado o nome FSC (Forest Stewardship Council).

1992: Estabelecido o quadro de diretores interino, em Washington, DC.

1993: Assembleia de fundação do FSC em Toronto, Canadá, com 130 participantes de 26 países e o primeiro quadro de diretores foi eleito.

1994: Os membros fundadores aprovaram os Princípios e Critérios do FSC, bem como os seus estatutos. Instalada a Secretaria do FSC em Oaxaca, México.

1996: Primeira Assembleia Geral, em Oaxaca, México; ratificada a inclusão do Princípio 10 (Plantações Florestais).

1997: Sistema de certificação em grupo foi introduzido; primeira reunião do Grupo de Trabalho em produtos não-madeireiros, no Brasil.

2002: Terceira Assembleia Geral, em Oaxaca, México, e mudança da Secretaria do FSC de Oaxaca para o Centro Internacional do FSC em Bonn, Alemanha.

2003: Estabelecidos os Centros Regionais do FSC da África e Rússia.

2005: Estabelecido o Escritório Nacional do FSC na Rússia; Quarta Assembleia Geral em Manaus; criado o ASI (Accreditation Service International) que é um serviço internacional de credenciamento de certificadores.

2008: Estabelecidos Grupos de Trabalho do FSC em Papua-Nova Guiné, polônia, Noruega e Honduras.

PADRÕES INTERINOS DA SCS PARA CERTIFICAÇÃO DO MANEJO DE PLANTAÇÕES FLORESTAIS NO BRASIL

Princípio 1: OBEDIÊNCIA ÀS LEIS E AOS PRINCÍPIOS DO FSC

O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis ao país onde opera, os tratados internacionais e os acordos assinados por este país, e obedecer a todos os Princípios e Critérios do FSC.

Princípio 2: DIREITOS E RESPONSABILIDADES DE POSSE E USO

As posses de longo prazo e os direitos de uso sobre a terra e recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.

Princípio 3: DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Os direitos legais e costumários dos povos indígenas de possuir, usar, manejar suas terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados.

Princípio 4: RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E DIREITOS DOS TRABALHADORES

As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar, a longo prazo, o bem-estar econômico e social dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.

Princípio 5: BENEFÍCIOS DA FLORESTA

As atividades de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente e otimizado dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande quantidade de benefícios ambientais e sociais.

Princípio 6: IMPACTO AMBIENTAL

O manejo florestal deve conservar a diversidade ecológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares. Dessa forma estará mantendo as funções ecológicas e a integridade das florestas.

Princípio 7: PLANO DE MANEJO

Um plano de manejo apropriado à escala e intensidade das operações propostas deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo do manejo florestal e os meios para atingi-los devem estar claramente descritos.

Princípio 8: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento deve ser conduzido – apropriado à escala e à intensidade do manejo florestal – para que sejam avaliados as condições da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus impactos ambientais e sociais.

Princípio 9: MANUTENÇÃO DE FLORESTAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO

Atividades de manejo de florestas de alto valor de conservação devem manter ou incrementar os atributos que definem estas florestas. Decisões relacionadas às florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem de precaução.

Princípio 10: PLANTAÇÕES

As plantações de árvores devem ser planejadas de acordo com os princípios de 1 a 9, o Princípio 10 e seus Critérios. Considerando que as plantações de árvores podem proporcionar um leque de benefícios sociais e econômicos e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, elas devem completar o manejo, reduzir as pressões e promover a restauração e conservação das florestas naturais.